



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12546 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

O CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORRENTINA/BA E AS INTERFACES COM A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: um convite ao pensar e fazer decolonial

Marisete Alves da Silva Araújo - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Dinalva de Jesus Santana Macêdo - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

O CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORRENTINA/BA E AS INTERFACES COM A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: um convite ao pensar e fazer decolonial

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem o propósito de apresentar algumas reflexões, a partir dos resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação que objetivou analisar como a diversidade étnico-racial é tratada no currículo da Rede Municipal de Ensino de Correntina-Ba, especificamente no Documento Curricular Referencial de Correntina – DCRC.

Por compreender a importante contribuição da escola no/para o processo de formação e construção de identidades, como também para o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, esta pesquisa parte da seguinte indagação: como a temática da diversidade étnico-racial é tratada no currículo da Rede Municipal de Ensino de Correntina/Ba? Assim sendo, está respaldada nos estudos decoloniais que se fundamentam no grupo de pesquisa denominado modernidade/colonialidade (MC), constituído, em sua maioria, por estudiosos latino-americanos que, além das contribuições teóricas e investigativas sobre as propostas epistêmicas da colonialidade, contribuem para a ascensão de um projeto epistemológico novo.

O pensamento decolonial nos ajuda a refletir, de certo modo, sobre o nosso posicionamento teórico-prático, político e epistemológico em relação à dinâmica de produção do conhecimento universalizado/monocultural, pois nos fornece ferramentas conceituais e/ou subsídios para pensamentos e olhares “outros”, numa perspectiva da descolonização dos currículos e das rupturas da hegemonia do pensamento eurocêntrico:

A perspectiva decolonial, nascida entre pesquisadoras e pesquisadores deste continente [da América Latina], defende que, para a superação das relações de dominação colonial simbólica e histórica, é preciso questionar os modelos de dominação e produzir novas epistemes. (QUIJANO, 2009, apud REIS; SILVA, 2021, p. 12).

Nesse prisma, buscando estreitar os referenciais metodológicos com os pressupostos desta pesquisa, optamos pela metodologia de perspectiva decolonial, referendada por Martins e Benzaquen (2017), que nos ajuda a pensar na possibilidade do rompimento dos paradigmas das ciências modernas, no/para o ato de produção de conhecimento através de uma nova perspectiva metodológica, dado que, “com os avanços da crítica descolonial, a organização de um modelo analítico mais simétrico e dialógico envolvendo diferentes centros de produção de conhecimento se torna possível” (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 21).

Para a coleta dos dados, foram utilizados como instrumentos de pesquisa a análise documental, o DCRC e a entrevista semiestruturada, tendo como interlocutoras três coordenadoras pedagógicas que atuam na Secretaria Municipal de Educação e quatro professoras da rede municipal de ensino de Correntina. A análise dos dados toma por base as três dimensões ontológicas: saber, poder e ser (MARTINS; BENZAQUEM, 2017) e sob o paradoxo colonialidade/decolonialidade.

As interlocutoras fazem parte do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, com 40 horas semanais. Por uma opção política, metodológica e, em observância a ética da pesquisa que prevê a garantia do anonimato das entrevistadas, utilizamos nomes fictícios para a identificação tanto das professoras quanto das coordenadoras pedagógicas. Sendo assim, foram identificadas como Professora A, B, C, D, E, F e G.

As professoras A e F possuem licenciatura em Letras, as professoras B, C e D possuem licenciatura em Pedagogia, a professora E possui licenciatura em Geografia e a G possui licenciatura em História. Se declararam majoritariamente negras e foram escolhidas por serem profissionais que participaram da elaboração do DCRC, bem como pela orientação das práticas educativas por atuarem direta e/ou indiretamente na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, etapas referendadas para este estudo.

O Currículo e as interfaces com a diversidade Étnico-racial: o olhar das professoras e coordenadoras pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Correntina-BA

O campo do currículo é marcado por tensões, conflitos, competições que envolvem diferentes grupos, concepções e projetos de sociedade, o que tem feito surgir lutas e enfrentamentos por uma educação que ultrapasse os limites de um pensamento único, universalizado e colonizado, de forma a proporcionar espaços para novas perspectivas acerca das discussões sobre a educação para as relações étnico-raciais na escola. No impulso dessas assertivas e no intuito de entender como a diversidade étnico-racial é tratada no currículo da Rede Municipal de Ensino de Correntina-Ba, realizamos análises reflexivas sobre o DCRB, um dos principais documentos que fundamenta o currículo do referido município.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e posteriormente do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) em 2019, sob orientação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME começou a construção e/ou reformulação dos currículos de todos os municípios pertencentes ao território baiano. Esse movimento teve como premissa a própria “Base” que se autoafirma como

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2017, p. 08).

No ano de 2020, iniciou-se o processo de construção do Documento Curricular Referencial do Município de Correntina, aprovado e homologado pela portaria CME nº 002 de 29 de abril de 2022. Decidimos tê-lo para análise por ser visto como um importante instrumento investigativo que poderá nos ajudar a conhecer o que propomos neste estudo: como a temática da diversidade étnico-racial é tratada no Currículo da rede Municipal de Ensino de Correntina-BA.

Para além de um currículo referendado em competências e habilidades, Gomes (2011) assegura que a construção dos currículos deve partir do princípio do reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos, não inspirada “em valores do mercado – mérito, sucesso, competências, competição – [...] Critérios que por décadas se mantiveram excluídos e segregados” (p. 121).

Nessa premissa, Arroyo (2012), assegura que os sistemas escolares, ou seja, seus profissionais precisam estar preparados para o diálogo com a diversidade racial, do contrário, esta será silenciada nos currículos.

A diversidade no percurso de entrada e permanência são inegáveis, porém são vistas como de responsabilidade individual entre os iguais. A ignorância da diversidade tem operado como um indicador do perfil racista do sistema escolar que precisa ser superado. (ARROYO, 2012, p. 116).

Em sua complexidade e enquanto território de disputas e/ou competições, o currículo escolar inegavelmente tem se configurado por rigorosas relações de poder em que os conhecimentos escolares acabam sendo hierarquizados com definição de quais saberes devem ser ensinados, estratégias que revelam a grande influência da colonialidade do poder e do saber e que silenciosamente reforça a supremacia epistemológica heterogênea, branca, masculina, garantindo assim a superioridade de uns e a inferioridade de outros. “Elas têm o potencial de forjar subjetividades e práticas coloniais e colonizadoras” (GOMES, 2020, p. 228).

As concepções e entendimentos das interlocutoras nos propiciaram reflexões mais aprofundadas acerca da temática em foco. Apresentamos algumas das indagações feitas nesse percurso: o que você poderia dizer a respeito do currículo escolar? “É o caminho que o estudante deve percorrer durante sua vida na escola. Nele estão organizados os conteúdos que o aluno vai aprender ao longo do estudo em uma instituição de ensino” (PROFESSORA A). “O currículo é um documento normativo que enfatiza a ‘assimilação de conceitos’, busca desenvolver as estruturas cognitivas favorecendo aos alunos as subsunções necessárias às aprendizagens significativas e à construção de competências [...]” (PROFESSORA B).

As relações estabelecidas entre currículo e conteúdo, expressam a forte presença da lógica colonial, o que deve ser ensinado e aprendido nas instituições de ensino, bem como a

referência à “base” por meio do reconhecimento das competências e habilidades como essenciais para os currículos e para as aprendizagens escolares. Segundo Gomes (2020), esse tipo de currículo não garante espaços e saberes diversos. “Esse tipo de currículo, que geralmente é o oficial das instituições educativas, não estimula o novo, não assume o desconhecido, não forma subjetividades emancipatórias” (p. 234).

Em se tratando da diversidade étnico-racial, vejamos o que relatam as professoras: “Seria a questão da discussão, distinção e a inclusão, baseada na raça e na cor”. (Professora A). “Bom, essa temática é muito importante e deve ser inserida no currículo, [...] não só para Correntina, mas para o Brasil”. (Professora B). Concepções que se aproximam do que Gomes (2007) expõe acerca das implicações que envolvem a inserção da diversidade nos currículos, tendo em vista os processos de dominação e colonização fortemente presentes nos espaços escolares, principalmente pelo tratamento generalizado acerca da questão.

A inserção da diversidade nos currículos implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia. Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação (GOMES, 2007, p. 25).

O debate sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais e sua inserção nos currículos perpassa pela discussão acerca das práticas pedagógicas, o que nos motivou a indagar: o currículo da Rede Municipal de Ensino de Correntia contempla as questões étnico-raciais?

Contempla a data 20 de novembro, dia da consciência negra, é muito pouco. Não tem uma temática trabalhada em sala de aula, não tem um tema que é assim, trabalhado o ano todo e nós sabemos que a gente vive, nós vivemos numa região, na Bahia, que metade da população, não só da Bahia, mas metade da população brasileira é preta, negra (PROFESSORA E).

A Professora G, ressalta a importância de trabalhar essa temática e afirma o seu silenciamento no currículo. “Foi uma oportunidade. Eu já tinha, mas depois desse aprofundamento, desse espaço de debate, ficou constatado, que o currículo não contempla a diversidade étnico-cultural” (PROFESSORA G).

Alguns relatos nos apontam para ações insurgentes ou ações decolonizadoras. A exemplo do relato da Professora D: “Eu, em Língua Portuguesa gosto muito de trabalhar escritores que trazem essa temática como Castro Alves, Conceição Evaristo, Carolina de Jesus entre outros nomes da literatura que abarcam, trabalho, mas não é aquela questão no geral”.

A atitude descolonizadora exige uma tomada de consciência em vários níveis [...]. A tomada de consciência [...] nos permitirá avaliar a intensidade da nossa colonização e subordinação ao mundo acadêmico ocidental e formular caminhos concretos, objetivos e subjetivos para sua

superação. (CARVALHO, 2020, p. 89-90).

Nessa mesma proposição diz a professora C: “Foi criado até aquele, NUMED. Eu não sei como está hoje, porque depois da pandemia muitas coisas mudaram” (PROFESSORA C). O Núcleo Municipal de Educação para a Diversidade- NUMED, recém-formado no município por meio do decreto número 570/2017, pode ser caracterizado como um “embrião” do movimento decolonial, e/ou atitude descolonizadora por propor transgressões epistemológicas que vão além do que está posto no currículo prescrito do município, porém, os relatos nos apontam para a necessidade de outros avanços.

Assim sendo, a pesquisa aponta a necessidade das práticas educativas e dos currículos contemplarem a diversidade étnico-racial de maneira contextualizada e transgressora para combater o racismo, o preconceito e a discriminação ainda vigentes nas escolas, universidades e na sociedade.

Considerações finais

Através da pesquisa evidenciou-se que os currículos escolares continuam veiculando uma perspectiva eurocêntrica de conhecimento e educação (CARVALHO, 2020). Como forma de transgredir essa perspectiva epistêmica colonial e racista, entendemos que é urgente uma opção insurgente e decolonial de currículo. “A descolonização dos currículos não é tarefa fácil, uma vez que encontra forte oposição (GOMES, 2020, p. 228).

A pesquisa nos aponta ainda que o currículo de Correntina trata as questões étnico-raciais de forma aleatória, pontual, orientado por datas comemorativas, ou seja, um “currículo turístico” (SANTOMÉ, 2005). Registra-se também a existência de práticas racistas e discriminatórias nos espaços escolares e que, mesmo não havendo um trabalho direcionado, coletivo, ou seja, não sendo parte do currículo oficial, foi possível registrar por meio dos relatos, reações e contribuições no combate às práticas de racismo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASI, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das Universidades brasileiras. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL Ramon. (Orgs.) **Decolonialidade e Pensamento afrodiaspórico**. 2. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: Diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira**: desafios, políticas e práticas. RBTAE - v.27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a interculturalidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL

Ramon. (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. Ed.; 3. Reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARTINS, Paulo Henrique. BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Uma proposta de Matriz metodológica para os estudos descoloniais. In: **Cadernos de ciências sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 11, ago./dez., 2017.

REIS, Maria da Conceição. SILVA, Claudilene Maria da. **Bases epistemológicas de Pesquisa relacionadas à população negra e educação**. Roteiro, Joaçaba, n. 46, jan./dez. 2021.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 159-177.